



Tecnologia Assistiva: contribuições para a formação de professores em rede nacional

Elisa Tomoe Moriya Schlünzen¹

Cícera Aparecida Lima Malheiro²

Klaus Schlünzen Junior³

Resumo: Compreende-se que a educação inclusiva pressupõe que todos os estudantes, entre eles o público-alvo da educação especial (PAEE), tenham acesso aos ambientes escolares e ao conteúdo curricular, de forma que possam usufruir com qualidade e equidade as ações desenvolvidas no âmbito educacional, principalmente na valorização das diferenças. Nesse sentido, reconhecendo o potencial do uso da Tecnologia Assistiva (TA) para a viabilização de ações educacionais desta natureza, considera-se a importância da formação dos profissionais da educação, sendo discentes, professores e gestores, acerca da equiparação que esses recursos oferecem nos ambientes educativos. Nesse artigo são apresentadas as principais contribuições de um curso de Tecnologia Assistiva (Curso de TA) desenvolvido em rede, e em parceria entre a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e o Ministério da Educação (MEC) do Brasil. Constatou-se que ocorreram ações similares na gestão do Curso de TA nos municípios participantes e contrastes entre os gerenciamentos de cada município. Cada um apostou em uma configuração para diligenciar o processo formativo. Evidenciou-se que para o desenvolvimento de processos formativos de professores em serviço há a necessidade do envolvimento de todos os profissionais que se encontram em cargos de gestão, tanto os que estão nas Secretarias de Educação, bem como os diretores e coordenadores das unidades escolares. No âmbito das políticas públicas federais, percebe-se que programas formativos e em rede se constituem em uma importante ação para o desenvolvimento da educação, tendo como protagonistas os municípios.

Palavras-chave: tecnologia assistiva; formação de educadores; políticas públicas.

Introdução

Neste artigo parte-se do entendimento que a educação inclusiva pressupõe que todos os estudantes, entre eles o público-alvo da educação especial (PAEE), tenham acesso aos ambientes escolares e ao conteúdo curricular, de forma que possam usufruir com qualidade

¹ Centro de Promoção para Inclusão Digital, Educacional e Social da Universidade Estadual Paulista (CPIDES/Unesp) e Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), elisa.tomoe@unesp.br.

² Universidade Federal do Estado de São Paulo (Unifesp) e Universidade Estadual Paulista (Unesp), malheiro@unifesp.br.

³ Centro de Promoção para Inclusão Digital, Educacional e Social da Universidade Estadual Paulista (CPIDES/Unesp), klaus.junior@unesp.br.



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



e equidade as ações desenvolvidas no âmbito educacional. Nesse sentido, e reconhecendo o potencial que o uso da Tecnologia Assistiva (TA) possui para a viabilização de ações educacionais desta natureza, acredita-se na importância da formação dos profissionais da educação como discentes, professores e gestores, acerca da utilização desses recursos nos ambientes educativos. Portanto, o objetivo desse artigo é apresentar as principais contribuições de um curso sobre a Tecnologia Assistiva, desenvolvido em rede nacional e em parceria entre a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e o Ministério da Educação, ocorrido em seis edições, em 26 estados, para 246 turmas e 5.832 cursistas certificados. Para tanto, esse texto inicia-se com um breve histórico da Tecnologia Assistiva no Brasil, na sequência apresenta-se o curso de Tecnologia Assistiva e por fim, destaca-se as principais contribuições que dois municípios, participantes desse curso, desenvolveram referente a implementação e formação sobre tecnologia assistiva em suas redes de ensino.

Breve histórico sobre a Tecnologia Assistiva no Brasil

Com a necessidade de proporcionar condições igualitárias a todo o conjunto de pessoas com deficiência, em 2000 foi instituída a Lei nº 10.098/2000⁴ (BRASIL, 2000), regulamentada pelo poder executivo por meio do Decreto nº 5.296/2004 (BRASIL, 2004). Por sua vez, esse instrumento determinou a criação de um Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), tendo como finalidade principal realizar investigações que subsidiem propostas para a criação de políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento e uso de TA, ligadas aos órgãos competentes. Para isso, esse Decreto (BRASIL, 2004) instituiu normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, apresentando um capítulo específico sobre as Ajudas Técnicas (Capítulo VII).

⁴ A Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (BRASIL, 2000).



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



A partir deste breve resgate histórico sobre o surgimento das disposições legais e referentes a TA, percebe-se que o surgimento das políticas públicas dessa área tomou consistência com a entrada em vigor da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2008⁵) - tratado da Organização das Nações Unidas (ONU). Este acordo orientou os governos a desenvolverem ações para transformar a vida das pessoas com deficiência por meio do processo de inclusão à sociedade (BRASIL, 2009), e simbolizou a determinação da comunidade internacional em colocar o tema da pessoa com deficiência na agenda global e na perspectiva dos Direitos Humanos.

Diante do processo inclusivo (histórico, político e científico), o Brasil ratificou a referida Convenção e a incorporou ao seu ordenamento jurídico conferindo-lhe equivalência constitucional. A União buscou promover e garantir as condições de acessibilidade às pessoas com deficiência por considerar que este seja o fator essencial para propiciar a inserção desse público à educação, ao trabalho, à cultura, à informação, à comunicação, ao lazer e à vida comunitária (BRASIL, 2009).

Evidencia-se que a legislação brasileira refere-se a TA como um “elemento” (Decreto 3.298/1999), produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia (Decreto 5.296/2004) que favoreçam a funcionalidade ou a realização de atividades das pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, promovendo a autonomia pessoal. Entende-se a partir do CAT (BRASIL, 2009) que quando não se aprofunda sobre o termo da TA, esta acaba sendo compreendida apenas como um artefato. Sendo assim, defende-se a necessidade de aprofundar a compreensão sobre “tecnologia”, entendendo esta como algo que não se limita a um recurso específico. Assim, considera-se que TA é mais do que artefato ou produto que contribui para ampliar uma determinada funcionalidade. Este conceito envolve também serviços, estratégias e práticas e acima de tudo, a aplicação do conhecimento destinado a

⁵ Referência tirada da versão comentada pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



promover a autonomia e a participação das pessoas com deficiência. Entende-se a partir disso, que o sistema de prestação de serviços pode ser definido como qualquer suporte que auxilie diretamente um indivíduo com deficiência na seleção, aquisição ou uso de um equipamento de TA (BRASIL, 2009). Tais serviços, de acordo com o CAT (BRASIL, 2009), têm como objetivo desenvolver ações práticas que garantam ao máximo os resultados funcionais pretendidos pela pessoa com deficiência, no uso da tecnologia apropriada, incluindo: a avaliação individualizada para seleção de recursos; o apoio e orientações legais para a concessão da TA; a coordenação da utilização da TA com serviços de reabilitação, educação e formação para o trabalho; a formação de usuários para conhecimento e uso da TA; a assistência técnica; a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias. Em 2009, o CAT publicou um documento referencial que serve como instrumento de comunicação com a sociedade, apresentando dados que subsidiam a elaboração de políticas públicas e que podem contribuir para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Nesse documento (BRASIL, 2009), o referido Comitê destaca que, no mundo, a utilização da TA tem propiciado a valorização, integração e inclusão de pessoas, promovendo seus direitos humanos; e que, por essa razão, o tema tem assumido um espaço importante nas ações desenvolvidas por órgãos governamentais e no que diz respeito às pesquisas científicas.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015) dispõe sobre TA, considerando-a:

(...) como produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015 item III Art. 3º).

Entende-se a partir dos instrumentos legais e da literatura da área, que TA é um conceito amplo e essencial para a promoção dos direitos humanos, por meio do qual as pessoas com deficiência têm a oportunidade de desenvolver sua autonomia e independência, em todos os



aspectos de sua vida e que no âmbito da educação a TA é uma condição importante para o acesso ao currículo.

Programa da Rede de Formação e o Curso de TA

Diante das necessidades brasileiras em relação à proposta de ampliação da formação docente para a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE)⁶ o MEC, por meio de seus órgãos representativos criou um programa específico de formação continuada de professores na educação especial, voltado para o desenvolvimento de habilidades profissionais dirigidas ao ensino de estudantes PAEE, propiciando assim a progressão da educação inclusiva. Dentre os conteúdos⁷ estabelecidos para a formação no referido programa está o conteúdo sobre “Ajudas Técnicas/Tecnologia Assistiva”.

A referida proposta do Programa da Rede de Formação foi circunscrita no âmbito do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB) a partir da parceria instituída pelo Decreto 5.622/2005 (BRASIL, Art. 7º 2005) e estabeleceu como meta formar professores dos sistemas estaduais e municipais de ensino por meio da constituição de uma rede nacional de instituições públicas de educação superior (IES) incentivando os municípios a acrescentarem, nos sistemas de ensino, a política de formação continuada de professores na educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Para fomentar estas ações foi lançado um edital que teve como escopo e objetivos: selecionar instituições públicas de educação superior para organizarem cursos de formação continuada de professores na modalidade a distância, a título de extensão, na área da TDIC na educação especial e formação de professores para o AEE; e ofertar aos sistemas públicos

⁶ O AEE é um serviço da educação especial, organizado institucionalmente para o atendimento às especificidades educacionais dos estudantes com deficiência, síndromes, autismo e altas habilidades/superdotação. Esse serviço não substitui a escolarização realizada na classe comum, porém visa ampliar o currículo escolar (BRASIL, 2008).

⁷ Outros conteúdos apontados como necessários: Libras, Braille, Ajudas Técnicas/Tecnologia Assistiva, Atividades de Vida Diária, Orientação e Mobilidade, Soroban, Desenvolvimento de Altas Habilidades/Superdotação, Desenvolvimento Cognitivo, Estimulação Precoce.



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



de ensino da educação básica cursos de formação continuada de professores para o uso da TDIC na educação especial e para a oferta do AEE aos estudantes PAEE (BRASIL, 2007).

Nesse processo, as IES com base nas disposições e orientações estabelecidas nos referidos editais, criaram seus cursos na modalidade de educação a distância para concorrer ao sistema de seleção proposto pelos editais. Assim, os cursos foram selecionados e contempladas com recursos financeiros viabilizados por meio do Fundo Nacional de Educação (FNDE) e da UAB (que foram dispostos no mesmo edital e assegurados por meio de legislação complementar). Em contrapartida, as IES deveriam apresentar infraestrutura física e equipe docente para a execução da proposta dos seus projetos de cursos. Ao concorrer ao edital a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP) - Campus Presidente Prudente, foi contemplada com o projeto do Curso de TA, celebrado por meio do convênio⁸ (instrumento legal e específico) junto à Reitoria da UNESP, recebendo assim, apoio financeiro para a contratação da equipe administrativa e da equipe de desenvolvimento do material didático. Junto ao Sistema UAB, foram concedidas bolsas para os profissionais para atuarem como: coordenador; supervisor; pesquisador; formador; tutor (presencial e a distância). Eles atuaram na mediação do processo formativo dos cursistas (professores e gestores da rede pública de ensino). Vale destacar que não foi oferecido apoio financeiro para as despesas de infraestrutura ou para aquisição de equipamentos e demais despesas de capital (BRASIL, 2007), pois esses recursos faziam parte da contrapartida da IES promotora do curso. Dessa forma, o Curso de TA foi desenvolvido e realizado no Laboratório do “Núcleo de Educação Corporativa (NEC)” e posteriormente o curso passou a ser sediado no Centro de Promoção da Inclusão Digital, Educacional e Social (CPIDES)⁹, ambos localizados na FCT/UNESP).

⁸ Regulamento pelo Art. 26 – Capítulo IV – Disposições Finais do Decreto nº 5.622 de 2006.

⁹ NEC e CPIDES são coordenados pelos professores: Dra. Elisa Tomoe Moriya Schlünzen e Dr. Klaus Schlünzen Júnior



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



O Curso de TA tinha como objetivo: contribuir com a formação continuada dos professores da rede pública de ensino para um melhor AEE a estudantes PAEE, de forma a complementar o ensino regular por meio da utilização das TDIC e dos recursos de TA, tendo como cursistas professores e gestores da rede pública de ensino de diversas localidades do Brasil. O projeto do Curso de TA como um todo foi articulado com os propósitos epistemológicos e educacionais referentes à educação inclusiva (MALHEIRO, 2011). Silva et al. (2011) explicam que o curso tinha quatro módulos, sendo que no primeiro tinha como objetivo ambientar o cursista para a formação online. Além disso, para uma melhor contextualização do conteúdo do módulo II (Tecnologia Assistiva), além dos conteúdos, da legislação e dos recursos de TA que foram disponibilizados, foi proposta a identificação de TA no contexto dos cursistas. Para tanto, houve incentivo para que estes mapeassem novos recursos em suas realidades, tornando o processo formativo contextualizado.

No módulo III (Objetos de Aprendizagem), os conceitos e práticas sobre softwares educativos foram trabalhados tendo como foco a compreensão de que estes recursos podem potencializar os processos de ensino e aprendizagem na sala de aula regular, contribuindo também para a inclusão digital, escolar e social dos estudantes PAEE (RINALDI et al., 2011). Santana et. al. (2011) explicam que o módulo IV (Projeto para a Inclusão), que além do trabalho com projetos para a inclusão, este módulo teve como premissa orientar os professores cursistas para o uso da tecnologia como ferramenta para o enriquecimento e o desenvolvimento das habilidades dos estudantes PAEE. Os autores destacam que no trabalho com projetos, a informática e as demais tecnologias como a TA surgem como potencializadoras de capacidades, e favorecem a inclusão. Assim, entende-se que a metodologia de projetos proporciona o desenvolvimento de diversos temas que surgem a partir do cotidiano e das necessidades da escola, e dos interesses e desejos de professores e estudantes.

Considerações sobre o desenvolvimento do Curso de TA na rede municipal de educação



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



Diante do processo de reforma do Estado brasileiro e de suas relações com a descentralização da educação via municipalização, dentre os envolvidos e protagonistas dessa história em progresso, temos a gestão da Secretaria de Educação Municipal (que é composta por diversos profissionais da educação). Entende-se que é no âmbito desta esfera administrativa que são impressos novos elementos às políticas educacionais de acordo com a necessidade de sua realidade. Nesse sentido apresenta-se a seguir algumas das experiências vivenciadas e desenvolvidas em dois municípios (a partir dos seus gestores) na implementação e desenvolvimento das ações fomentadas pelo Curso de TA, que foram coletadas por meio da realização de entrevistas realizada com as gestoras.

Para a caracterização da participação dos municípios investigados identifica-se Município 1 – M1 e Município 2 – M2. No M1, 22 cursistas concluíram o curso na 1ª oferta e 25 concluíram na 2ª oferta do curso de TA. Em relação ao M2, foram 22 cursistas concluintes na 1ª oferta e 26 na 2ª oferta do curso. Nota-se que o gerenciamento de cada município não esteve apenas atrelado à divulgação e seleção dos professores para participarem do processo formativo. Ambos os municípios disponibilizaram uma de suas profissionais e gestora identificadas como Gestora 1 (G1) e Gestora 2 (G2) vinculada à Secretaria de Educação Municipal para mediar presencialmente e acompanhar as atividades realizadas pelos cursistas.

Em relação à participação na gestão local do curso, a G1 esclareceu que sua atuação se deu na tramitação do curso na rede municipal, fortalecendo e firmando a parceria entre governo municipal e o governo federal. Para tanto, juntamente com outros profissionais (assessora administrativa e técnico do laboratório), organizou o espaço físico do laboratório de informática, e em dois períodos (manhã e tarde), uma vez por semana, auxiliava os cursistas em suas atividades, na instalação dos softwares e demais recursos de TA. A gestora esclareceu que em um terceiro período baixava os recursos de TA (indicados no curso) para que os cursistas pudessem utilizá-los para a realização das atividades propostas no curso e para a disponibilização desses, nos laboratórios das demais escolas da rede. Embora



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



ocorreram algumas ações similares na gestão do Curso de TA, constatou-se que houve alguns contrastes entre os gerenciamentos de cada município. Cada um apostou em uma configuração para diligenciar o processo formativo e realização das inscrições dos profissionais da educação.

No M1, os professores que estavam em cargos de direção, coordenação e os técnicos de laboratório, foram convocados a participarem do Curso de TA. Conforme esclareceu e justificou a G1, estes profissionais atuam em processos administrativo, formativo e organizacional dos ambientes escolares. A Secretaria de Educação Municipal também abriu vagas para que os professores que tivessem interesse e disponibilidade, pudessem se inscrever no curso. No M2, o Curso de TA foi divulgado em todas as escolas por meio dos coordenadores. Estes foram orientados em reunião na Secretaria de Educação Municipal sobre como deveriam conduzir a organização dos professores interessados no curso. Os interessados realizaram uma pré-inscrição, e a partir dessa pré-seleção foi realizado um sorteio de acordo com as vagas disponibilizadas pelas escolas. As vagas foram distribuídas por porcentagem, tendo como base o número de professores que atuavam em cada escola. O requisito para participar da pré-inscrição no curso foi o de ser efetivo na rede municipal. Assim, os contemplados com as inscrições no Curso de TA deveriam assinar um termo de compromisso.

Conforme relata a G1, no seu município a preocupação inicial era de formar a equipe gestora tendo em vista a multiplicação do conhecimento na rede, ou seja, o desenvolvimento de formações locais. Essa ação de gerenciamento demonstra que na própria distribuição de vagas houve a preocupação com um planejamento no sentido de dar continuidade ao processo formativo e contínuo dos professores, e também de viabilizar a gestão da TA no município, tendo em vista que os profissionais que participaram da primeira edição do curso (conforme constam nos dados) eram, em sua maioria, gestores.

Diante da administração das vagas, percebe-se que no M2 houve a preocupação em possibilitar e dissipar a formação atendendo a todas as escolas da rede, uma vez que o



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



número de vagas foi dividido pelo número de professores e escolas. Outro ponto importante destacado nesse relato foi o fato de priorizarem a formação dos professores efetivos, tendo em vista a continuidade do trabalho na rede de ensino municipal. No M1 foi realizada uma reforma no laboratório de informática para que os cursistas pudessem utilizá-los para a realização das atividades do curso. Na rede de escolas do M2, os diretores das escolas organizaram em suas unidades os horários dos laboratórios de informática para que os cursistas pudessem utilizá-los para a realização de suas atividades.

Constata-se que os profissionais da educação de ambas as redes municipais passaram a olhar sua realidade de forma diferente e, diante das dificuldades vivenciadas no cotidiano escolar, eles buscaram identificar adequações para implementar os recursos de TA para o aprimoramento das ações pedagógicas, metodológicas, e para promover independência e autonomia dos estudantes considerando a estrutura escolar. Para ilustrar, destaca-se que na realidade do M2, foram realizadas adaptações arquitetônicas e de acessibilidade ao computador. No M2, três escolas receberam adequações em relação a acessibilidade, nas quais também foram implementadas salas de recursos multifuncionais¹⁰, comprovando o impacto que o curso repercutiu no ambiente escolar.

Os dados demonstram que para o desenvolvimento de processos formativos de professores em serviço há a necessidade do envolvimento de todos os profissionais que se encontram em cargos de gestão, tanto os que estão nas Secretarias de Educação, bem como os diretores e coordenadores das unidades escolares. No âmbito das políticas públicas federais, percebe-se que programas formativos e em rede se constituem em uma importante ação para o desenvolvimento da educação, tendo como protagonistas os municípios. Apesar dessa esfera administrativa ser a mais recente no cenário da educação, esta possui um papel

¹⁰ Salas de Recursos Multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado (BRASIL, 2008).



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



muito importante no desenvolvimento e na ampliação do processo educacional como um todo, assim como sua participação nas especificidades da educação inclusiva, é significativa.

Apesar dos governos União e Estados criarem espaços de participação, Rocha (2011) esclarece que foram nos municípios que essas experiências foram disseminadas de maneira inovadora. Seja por exigência constitucional, seja pela decisão e criatividade dos atores locais (professores, gestores, comunidade). O autor realça ainda que a consolidação de tais experiências é um aspecto central na institucionalização democrática brasileira.

A educação está inserida em um novo ordenamento estrutural, político, econômico e social, demandando atribuições e ações mais eficazes por parte das diferentes esferas governamentais que gerenciam o processo de inclusão. Em meio a essas reflexões, temos a Universidade com a função de desenvolver ciência, e, no que diz respeito à formação, promover a inquietude do ser social, aguçando-o para ampliar seus conhecimentos.

Nesse estudo, destaca-se como se deu a participação da universidade pública na elaboração e proposta do Curso de TA; como foi desenvolvido o aporte científico e legal sobre a TA no país, e são apresentados dados que esclarecem como foi desenvolvida a gestão do Curso de TA na realidade de cada município. Neste último, destaca-se sobre a importância que a gestão educacional do município tem na implementação e sucesso das ações de políticas educacionais e formativas.

A partir dos relatos de ambas as gestoras participantes, conclui-se que um processo formativo para ser bem sucedido não depende somente de um curso bem estruturado (Universidade) e de incentivos e investimentos federais (Programa de Formação). Mas, evidencia-se que a existência de gestores comprometidos com suas realidades educacionais e a disponibilização de infraestrutura física e material (da rede municipal) é fundamental para desenvolvê-lo. Esses aspectos ilustram a importância do papel de cada órgão administrativo no desenvolvimento do processo formativo diante das demandas da educação inclusiva. Diante do exposto, tanto na formação inicial e continuada, faz-se necessário que os discentes sejam formados para compreender a importância e como fazer o uso de uma TA



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



para equiparação de oportunidades, podendo futuramente fazer a diferença na sua atuação como professor ou gestor.

Referências

- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 jul. 2015.
- BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2009.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Edital nº. 07 de 28 de junho de 2007. Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação, 2007.
- BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Brasília: Ministério da Justiça, 2005.
- BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Brasília: Ministério da Justiça, 2004.
- BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Ministério da Justiça, 2000.
- BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Brasília: Ministério da Justiça, 1999.
- MALHEIRO, C. A. L. Desenvolvimento, Adequação e Seleção de Materiais Didáticos para o Curso de Tecnologias Assistivas. In: SCHLÜNZEN, E. T. M. (Org.). Tecnologia Assistiva, Projetos, Acessibilidade e Educação a Distância: Rompendo Barreiras na Formação de Educadores. Jundiaí: Paco Editorial, 2011 p. 55-78.
- RINALDI, R. P. et. al. Formação de Professores Para o Uso de Objetos de Aprendizagem como um Recurso Pedagógico no Processo de Ensino de Pessoas com Necessidades Especiais. In: SCHLÜNZEN, E. T. M. (Org.). Tecnologia Assistiva, Projetos, Acessibilidade e Educação a Distância: Rompendo Barreiras na Formação de Educadores. Jundiaí: Paco Editorial, 2011 p.159-176.
- ROCHA, C. V. Gestão Pública Municipal e Participação Democrática no Brasil. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 38, p. 171-185, fev. 2011.
- SANTANA, E. da S. et. al. Projetos para a Inclusão. In: SCHLÜNZEN, E. T. M. (Org.). Tecnologia Assistiva, Projetos, Acessibilidade e Educação a Distância: Rompendo Barreiras na Formação de Educadores. Jundiaí: Paco Editorial, 2011 p. 179-192.




II ENEMI
Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva

